

Monitoramento participativo em época de pandemia: ajustando a gestão da pesca tradicional do camarão-rosa (*Penaeus paulensis*) no Parque Nacional da Lagoa do Peixe (PNLP)

Paula Guimarães Salge¹ (paula.salge.bolsista@icmbio.gov.br),
Ricardo Franco Freitas¹ (ricardo.freitas.bolsista@icmbio.gov.br),
Fabiano José de Souza¹ (fabiano.souza@icmbio.gov.br),
Magnus Severo¹ (magnus.severo@icmbio.gov.br),
Lisandro Marcio Signori¹ (Lisandro.signori@icmbio.gov.br),
Márcia Guerreiro Machado¹ (marcia.guerreiro.terceirizada@icmbio.gov.br),
Riti Soares¹ (riti.soares@hotmail.com),
Marcelo Alves¹ (marcelon.a@hotmail.com),
Marina Schneid Alves¹ (marina.schneid14@gmail.com),
Leonice da Rosa Homem¹ (leonicebiologa@gmail.com),
Larissa Antunes da Costa¹ (larissa.costa.terceirizada@icmbio.gov.br),
Lauro José Lemos de Souza¹ (lauro.souza.terceirizado@icmbio.gov.br),
Carolina Mattosinho de Carvalho Alvite¹ (carolina.alvite@icmbio.gov.br),
Danielle Paludo¹ (danielle.paludo@icmbio.gov.br),
João Augusto Madeira¹ (joao.madeira@icmbio.gov.br),
Marcelo Cavallini¹ (marcelo.cavallini@icmbio.gov.br),
Walter Steenbock¹ (walter.steenbock@icmbio.gov.br)

1 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

O PNL P foi criado em 1986, dois anos antes da atual Constituição Federal e 14 antes do SNUC, tendo a proteção das aves migratórias como destaque em seu principal objetivo de criação. Seu Plano de Manejo (de 1999) estabeleceu o zoneamento e estratégias de gestão. Entretanto, as aves da Lagoa do Peixe têm convivido com outro uso do território, há séculos: a pesca artesanal tradicional, em especial do camarão-rosa. Nesta época, o Brasil ainda não contava com os procedimentos legais e administrativos atuais relacionados à participação social na gestão de Unidades de Conservação (UC). A harmonização de direitos entre o acesso a recursos básicos para a sobrevivência e manutenção do modo de vida, entre aves e populações tradicionais humanas, ainda não havia trilhado o caminho jurídico e institucional na gestão de UC das últimas décadas. Em junho de 2019, a gestão do PNL P foi objeto de discussão entre várias instâncias do ICMBio, a partir da proposição de uma “Mesa de Situação”, pela CGSAM/DISAT. Tal discussão gerou um Plano de Ação, agregando alguns eixos de planejamento, entre os quais a elaboração de um Termo de Compromisso (TC) com os pescadores artesanais tradicionais. Ao longo do segundo semestre, foram feitas rodadas de discussão e elaboração participativa do TC, envolvendo pescadores, equipe da UC, COGCOT, CNPT, CEMAVE e CEP SUL. Em dezembro, o TC foi celebrado. A cogestão adaptativa é um dos aspectos estruturantes do TC, e o monitoramento participativo da pesca visa a adequação gradativa de critérios para seu ordenamento. O TC do PNL P estabelece normas para pesca do camarão, como tamanho mínimo de captura, porcentagem de tolerância, lagamares autorizados, período ajustável de safra, entre outros. Desde o início de 2020 está em curso o monitoramento participativo da pesca do camarão, principalmente para orientação da abertura e suspensão

da safra. Para tal, em janeiro de 2020 foi elaborado um método simples de monitoramento e realizada a capacitação junto a oito pescadores-monitores beneficiários do TC, representantes dos oito lagamares autorizados para a pesca. Um kit de monitoramento foi entregue aos pescadores, contendo amostrador, régua, prancheta e caderno de campo com instruções e tabelas de anotações. Semanalmente, cada pescador-monitor coleta uma amostra aleatória e de volume homogêneo do camarão capturado, mede o comprimento dos indivíduos e registra na tabela. Em seguida, fotografa a tabela preenchida naquela data e envia a foto a um grupo de Whatsapp, do qual todos fazem parte, bem como a equipe do PNLN e do CEPSUL. O CEPSUL sistematiza as informações recebidas e posta, no grupo, o resultado da proporção de tamanho do camarão naquela semana. O grupo de Whatsapp também tem sido o espaço de uma rica discussão sobre efeitos de mudanças meteorológicas, variações de profundidade e problemas relacionados à pesca. Todo o processo é acompanhado, em campo, pela equipe da UC, com os devidos cuidados epidemiológicos durante a pandemia. Na safra de 2020, a pesca foi suspensa e reaberta em diferentes momentos, contando com a análise participativa das informações sistematizadas. Paralelamente a este trabalho, iniciou-se também em janeiro o estudo dos impactos (positivos e negativos) da pesca e pescadores nas aves e habitats do PNLN. O monitoramento participativo no ordenamento da pesca tem proporcionado uma aproximação entre os pescadores e o ICMBio, resgatando e valorizando a transparência, o respeito ao modo de vida tradicional e a busca coletiva pela sustentabilidade da pesca e do objetivo de conservação do PNLN.